

ANC 81

Constituinte nacionaliza a mineração

29 ABR 1988

GAZETA MERCANTIL

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Em uma votação marcada pelo tom nacionalista de vários pronunciamentos de parlamentares e encerrada ao som do Hino Nacional cantado pelos constituintes no plenário — as galerias estavam quase vazias —, a Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem a nacionalização da exploração mineral em todo o País.

Essa decisão impedirá que empresas com maioria de capital estrangeiro atuem no setor de lavra mineral e as que hoje estão instaladas no País receberão cinco anos de prazo para passar o controle acionário a pessoas domiciliadas no País.

Por 343 votos favoráveis, 126 contrários e 17 abstenções, os constituintes decidiram que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica, a pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por empresas

brasileiras de capital nacional.

(Os grupos de capital estrangeiro controlam 38% do total da área reservada por concessões de lavra e alvarás de pesquisa no País. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a participação do capital estrangeiro no setor de minerais metálicos é expressiva e atinge 86% no alumínio, 58% no níquel, 63% no tungstênio, 65% na prata, 44% no titânio, 34% no ferro e 80% no ouro extraído através de lavra mecanizada. Na exploração de não-metálicos, o controle chega a 94% para o amianto, 67% para a barita, 58% para o sal-gema e 63% na produção industrial de diamantes e gemas.)

A restrição à atuação do capital estrangeiro no Brasil não atingiu, porém, o setor de distribuição de derivados de petróleo. Os constituintes rejeitaram por 303 votos contra 156 e 11 abstenções uma fusão de emendas, encabeçada pelo deputado Fernando Santana (PCB-BA) considerando essa atividade como monopólio da União.

Ainda está para ser decidida a proibição dos contratos de risco. Um acordo celebrado na quarta-feira pelas lideranças partidárias e suprapartidárias previu a sua extinção, à exceção daqueles já firmados com a Petrobrás. Ontem, os constituintes aprovaram o acordo. Contudo, existem emendas sobre o tema a serem apreciadas, permitindo em alguns casos a celebração desses contratos, por exemplo, desde que haja permissão pelo Congresso Nacional.

Não foi positiva a reação de negociadores do "Centrão" em relação à nacionalização da mineração. O acordo feito pelas lideranças permitia que o plenário apreciasse o destaque do senador Márcio Lacerda, concedendo a exploração mineral somente às empresas nacionais, mas não garantia o voto favorável dos grupos que o firmaram.

"Na ordem econômica nós não ganhamos nada", lamentou o deputado do "Centrão", José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), afirmando que isso ocorreu porque nesse capítulo "ca-

da grupo do 'Centrão' defende seu cartório". As poucas conquistas obtidas, a seu ver, se deram através de negociações. Para o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), "a nacionalização emocional tomou conta do plenário. O que fizemos foi uma barbaridade".

Para o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) "foi a vitória da xenofobia". Na sua opinião, o País precisa da poupança estrangeira para acelerar seu desenvolvimento. "A mineração exige capital que o empresário brasileiro não tem", afirmou o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

O conceito de empresa nacional aprovado na quarta-feira passada pela Assembléia Nacional Constituinte agradou à maior parte dos empresários consultados por este jornal. Mas Mário Amato, da FIESP, e André Beer, da General Motors, criticaram restrições contra o capital estrangeiro.

(Ver páginas 6 e 7)